

**PROJETO DE LEI Nº 735/2025.**

**EMENTA:** Dispõe o sobre a proibição de contratação e nomeação, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta e do Poder Legislativo do Município de Cedro, de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e pelo artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro, com redação dada pela Lei nº 13.104/2015), bem como por outros crimes graves, e dá outras providências.

**O VEREADOR, QUE ORA SUBSCREVE,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, respeitando o disposto na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, propõe ao Plenário da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica vedada, no âmbito do Município de Cedro e do Poder Legislativo Municipal, a contratação e a nomeação de pessoas condenadas, em decisão judicial transitada em julgado, pelos seguintes crimes:

- I – os previstos na **Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**;
- II – os previstos no **artigo 121 do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro)**, alterado pela **Lei Federal nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Lei do Feminicídio)**;
- III – crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal e em legislação correlata;
- IV – crimes contra a dignidade sexual, previstos no Título VI do Código Penal;
- V – crimes de racismo ou discriminação de qualquer natureza, previstos na **Lei nº 7.716/1989**;
- VI – crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes e equiparados, previstos na **Lei nº 11.343/2006**;
- VII – crimes de embriaguez ao volante com resultado morte ou lesão grave, previstos no **artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997)**.

**Art. 2º** A vedação de que trata o artigo anterior observará as seguintes disposições:

§ 1º Nos concursos públicos, a exigência deverá constar expressamente no edital, cabendo ao candidato apresentar as respectivas certidões negativas antes da posse.

§ 2º Nas nomeações para cargos de livre provimento e exoneração, deverá constar nos formulários de contratação a apresentação das devidas certidões negativas criminais, sem registros dos crimes descritos no art. 1º.

§ 3º A vedação de contratação inicia-se com a condenação transitada em julgado e perdura até o efetivo cumprimento da pena.

§ 4º Ocorrendo condenação definitiva de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, a exoneração será imediata.

**Art. 3º** Fica vedado às empresas terceirizadas, nos contratos firmados com o Poder Público Municipal, contratar pessoas condenadas pelos crimes descritos no art. 1º desta Lei.

§ 1º A vedação deverá constar nos editais de licitação e nos contratos de prestação de serviços firmados com o Poder Público.

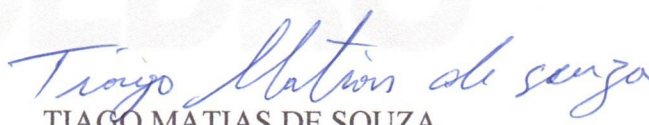
§ 2º Todos os trabalhadores terceirizados destinados ao serviço junto ao Poder Público deverão apresentar a respectiva certidão negativa criminal ao órgão em que atuarão.

§ 3º Nos contratos de prestação de serviços já existentes, a vedação passará a ser obrigatória a partir da renovação contratual ou em nova licitação.

**Art. 4º** As disposições desta Lei aplicam-se à Administração Pública direta e indireta do Município de Cedro, bem como ao Poder Legislativo Municipal.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário José Carlos Gondim Novaes, 01 de outubro de 2025.



TIAGO MATIAS DE SOUZA  
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE

**CEDRO**

CNPJ: 11.412.103/0001-85

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Vereador **Tiago de Vilmar**, tem como objetivo assegurar a moralidade, a probidade e a ética na Administração Pública do Município de Cedro, impedindo a contratação e a nomeação de pessoas condenadas por crimes de elevada gravidade.

Além de contemplar esses crimes, o presente Projeto amplia as restrições, abrangendo delitos contra a administração pública, contra a dignidade sexual, racismo, tráfico de drogas e embriaguez ao volante com resultado morte ou lesão grave, em consonância com a legislação federal aplicável:

- **Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);**
- **Art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), com redação da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio);**
- **Lei nº 7.716/1989 (Crimes de Racismo e Discriminação);**
- **Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas);**
- **Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro, art. 302).**

Dessa forma, o Município de Cedro demonstra seu compromisso com a ética, a responsabilidade e a confiança da população, afastando de seus quadros pessoas que tenham sido condenadas por crimes incompatíveis com a vida pública.

Plenário José Carlos Gondim Novaes, 01 de outubro de 2025.

  
TIAGO MATIAS DE SOUZA  
Vereador